

POLÍTICA E TERRITÓRIO **A Geografia das Desigualdades.***

Maria Adélia Aparecida de Souza
Professora do Instituto de Geociências da UNICAMP
Professora Titular de Geografia Humana da USP
Campinas, junho de 2 002

Introduzindo o tema teoricamente.

Este texto tratará de desigualdades regionais à partir da necessidade de elaborar sobre o uso do território no presente e suas conseqüências para a sociedade brasileira. Trata-se então de um tema essencial a ser discutido com os candidatos a presidência da república. Advogamos a tese de que é impossível elaborar um projeto de futuro para o Brasil sem considerar o território usado como categoria de análise. Ele se torna ainda mais fundamental quando entendemos a globalização como “uma gestão global de múltiplas diferenciações territoriais” (VELTZ, 1993:51). O conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo.

Assim, propomos neste texto que a assunção antecipada da região e sua diversidade seja vista com cautela. Aquela velha noção de região, como um subespaço de longa maturação e construção, definitiva, não resiste a aceleração contemporânea¹. Essa antiga postura já vem sendo superada na própria ciência geográfica: hoje as regiões sofrem mudanças repentinas na forma e no conteúdo. Elas brotam no território, como circunscrição de uso. É, portanto, o território usado e não a região a categoria de análise. A região é um recorte espacial, assim como o lugar, portanto eivados de ideologia, que hoje é ao mesmo tempo um dado da essência e da existência. E, *o espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações*. Esta atualização epistemológica, ainda que sumária se faz necessária para que a proposta de discussão desta mesa redonda possa dar conta dos processos do mundo do presente.

Como, podemos hoje contribuir para a discussão sobre a DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA sem atualizar essa reflexão que envolve diretamente a temática do território.

Este texto será desenvolvido em torno de três reflexões: a primeira relativa a uma atualização sobre a compreensão do território usado como categoria de análise; a segunda uma reflexão sobre a regionalização no Brasil e, uma terceira introduzindo elementos para um questionamento dos candidatos à Presidência da República, nas próximas eleições que se avizinham.

O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, portanto, um papel importante especialmente na formação social brasileira, havendo ainda muito pouca compreensão sobre esta dimensão nova dos seus estudos. É bom lembrar que *tudo passa mas os territórios, espaços efetivamente usados, permanecem*.

* Este texto foi elaborado para o FORUM **Brasil em Questão**, organizado pela Universidade de Brasília e apresentado na Mesa Redonda A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA, no dia 05 de junho de 2 002.

¹ Este conceito de *aceleração contemporânea* foi elaborado por Milton Santos (1992).

Outro tema importante, de natureza territorial é o que denominamos Geografias da Desigualdade. (SOUZA, 1994).

Mas, é importante destacar, que as geografias, aquilo que vemos efetivamente, escancaram o que os números e os discursos tentam escamotear: as desigualdades socioespaciais são gritantes, reveladas nas paisagens, nos lugares, nas regiões.

Um projeto para o Brasil deverá necessariamente considerar esta consciência sobre o território nacional e os seus subespaços.

Esta discussão, portanto, é política. Nesta perspectiva, a Geografia se aproxima da política ao definir o território usado como sua categoria de análise primordial. Território usado vem sendo tomado como sinônimo de espaço geográfico ou espaço banal, como propôs François FERROUX.. Caso contrário, impossível compreender o mundo do presente.

Diversidade ou Desigualdade Regional: o novo sentido da análise territorial.

Indiscutivelmente não se trata apenas do diverso, mas do desigual. Os dados empíricos sobre a sociedade brasileira, vista em sua territorialidade são argumentos irrefutáveis da desigualdade e, também, da diversidade. O que é problema, não é o diverso, mas o desigual. Lamentavelmente não é possível aqui desenvolver a temática do desenvolvimento desigual e combinado. No entanto, através do aprofundamento da questão do território usado, tratada a seguir, o desenvolvimento desigual está, pois, subjacente.

Como então relacionar o desigual e o regional? É preciso retornar ao território, lembrando que vivemos em um período histórico de transição: estamos saindo do período técnico, científico e informacional e mergulhando em pleno período popular da história.

Que processos conduzem a isto? Tomemos o território usado para examinarmos esta propositura.

Características do território usado

Um exame do território brasileiro hoje, revelador dessas desigualdades nos propõe pelo menos dois tipos de espaços: os espaços que mandam e os espaços que obedecem gerados pelo permanente embate do par dialético da abundância/escassez. Isto seria o fundamento maior das Geografias da Desigualdade.

Quais são suas características²?

O território apresenta duas características no mundo do presente, constituindo-se por par dialéticos: densidade e rarefação, fluidez e viscosidade. O espaço, por sua vez, também apresenta duas características: rapidez e lentidão e luminosos e opacos.

Tais características é que geram as novas lógicas na relação centro-periferia.

1. Densidade e rarefação

As densidades sempre são vistas de formas simples e relacionadas a ocupação do território pela população. Fala-se em densidade populacional. É um dado histórico e diz

² Esta proposição está em SANTOS e SILVEIRA, 2001.

respeito também ao processo de ocupação. Assim, pode-se expandir o conceito e também falar de densidade ou rarefação da população, da riqueza.

Queremos no entanto propor aqui a ideia de SANTOS e SILVEIRA (2 001) e falar das densidades técnicas e informacionais, significando no território a presença de próteses em maior ou menor intensidade, a maior ou menor presença de informação, o maior ou menor uso da informação, a maior ou menor densidade de leis, normas, regras reguladoras da vida coletiva. É importante ainda lembrar aqui que a informação, sobretudo a serviço das forças hegemônicas e do Estado, é o grande regente das ações que definem as novas realidades espaciais, que aprofundam as desigualdades e as diversidades espaciais. Assim, o território é mais ou menos denso técnica e informacionalmente. Os mais densos são os espaços luminosos, submetidos a volúpia do tempo presente. Os rarefeitos, são os espaços opacos, *dos homens pobres e lentos do planeta* como diria Milton Santos em um de seus maravilhosos artigos publicado em ESPAÇO, TEMPO E TÉCNICA. (1994).

Os espaços luminosos são os que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, atraindo portanto, atividades de maior conteúdo de capital, tecnologia e organizacional. São os espaços obedientes aos interesses das empresas.

Mas atenção: são eles que, diante de tais características são monitorados de fora e implicam na ingovernabilidade dos lugares. Ou não conheceremos nós os problemas das grandes cidades do mundo pobre, para não citar apenas São Paulo ou mesmo Fortaleza ou Balsas!

2. Fluidez e viscosidade.

Segundo SILVEIRA (1996, 1999B) são estas características do território que distinguem os países. Tratam-se dos sistemas de engenharia que produzem os movimentos, interessando diretamente a divisão territorial do trabalho.

Nos países continentais, como o Brasil, esses processos de implantação dos sistemas de engenharia (infra-estruturas, sistemas viários,) são seletivos e portanto segregadores.

No caso brasileiro, além da participação por via de empréstimos e créditos de organismos internacionais, é o próprio Estado que investe para dotar certas partes do país das condições de circulação indicadas como indispensáveis para a chamada "abertura" ao comércio externo. Estes são os corredores do Brasil em Ação, sustentando a tese do desenvolvimento endógeno. Trata-se isto sim de uma verdadeira sangria do território brasileiro.

Em países territoriais que apresentam sempre enormes disparidades regionais e de renda, o processo de criação da fluidez é seletivo e não igualitário. As regiões já denominadas por BENKO E LIPIETZ de ganhadoras, cuja produção se destina a exportação e ao comércio internacional, tem prioridade. E, não é apenas o Sudeste quem se beneficia. É bom lembrar aqui os casos da Balsas e Barreiras (Bahia e Maranhão), Petrolina e Juazeiro em Pernambuco e Bahia, para citar alguns. A velha dicotomia do nordeste atrasado e do sul maravilha não se sustentam mais diante da fluidez, pois todo o Brasil tende a se empobrecer, se estiverem fora dos eixos e centros de desenvolvimento, que acreditam sustentável. Como haver sustentabilidade diante da natureza antagônica do funcionamento do mundo do presente onde precisão e segregação atuam dialeticamente?

A densidade viária (fluidez efetiva) e infoviária (fluidez virtual) , portanto se instalam, servindo um aspecto da economia internacional. A densidade viária, sobretudo se relaciona mais com nexos da economia e do mercado e não com a maioria da

população. Neste sentido podemos dizer que o Estado governa mais para o interesse hegemônico do que para a sociedade Brasileira, pois é fantástico o processo de tecnificação do território brasileiro, nos últimos anos. Não se trata de contrapor a modernidade dada pela técnica ao atraso. A questão se coloca de outra maneira e trataremos dela, mais adiante. É bom que se diga que um espaço pode ser denso quanto as vias, mas não fluído. Este é o caso típico do nordeste, cujas vias servem mais aos migrantes do que a economia, por razões históricas relativamente ao uso do território nordestino.

3. Rapidez e lentidão

O território da rapidez reflete o mandar e o da lentidão o fazer. O primeiro comanda o território como um todo. O segundo obedece. A rapidez envolve mais veículos, transportes públicos e do ponto de vista social intensifica a vida de relações econômica e sócio cultural. Estas características se distinguem em função da divisão territorial do trabalho. Rapidez e fluidez são características da sangria do território em direção ao seus pontos de convergência, geralmente as grandes metrópoles. Porisso elas empobrecem, pois a sangria se dá com componentes que se destinam ao mercado internacional, portanto viabilizando os interesses externos, por vezes conflitantes com aqueles da sociedade brasileira. Caso contrário, como explicar o aprofundamento da desigualdade e da segregação socio-espacial?

Uma divisão regional para o Brasil

Estas rápidas postulações nos permitem refletir sobre uma regionalização do Brasil, baseada simultaneamente na atualidade marcada pela difusão diferencial do meio técnico, científico e informacional e nas heranças do passado. Portanto, as velhas regionalizações formadas pelo tempo lento não tem mais sustentação no mundo do presente.

Mesmo sem o refinamento das análises que vimos construindo há quase dez anos, em 1975, ao redigir com Jorge Francisconi a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o Brasil, já identificávamos, com outro método uma região de contenção do uso do território, representado basicamente pelo eixo Rio - São Paulo, uma região de dinamização no seu entorno, uma região de promoção e regiões de preservação do patrimônio ambiental Urbano³. SANTOS e SILVEIRA (2 001) propõem, mais de vinte anos depois aproximadamente a mesma coisa, valendo-se dos elementos de método que fundamentou este nosso documento:

- a) uma região concentrada, representada agora pelo sudeste e sul do país, região com alta densidade técnica e científica que tem em São Paulo seu maior polo;
- b) uma região que corresponde ao Nordeste brasileiro, de povoamento antigo, mecanização pontual, com quadro socio-espacial engessado como é o caso das áreas irrigadas do Vale do São Francisco, que *podem possibilitar fraturas na história social da região com mudanças profundas nos papeis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares.*(SANTOS, SILVEIRA, 2 001:272).

³ No II PND há um mapa do Brasil retratando esta nossa estratégia territorial para o Brasil de então.

c) O Centro-Oeste, com ocupação periférica porem criando um meio técnico, científico e informacional, com TV. Agricultura moderna que tem suas necessidades pautadas na produção da soja e do milho.

d) A Amazônia, sobre quem se tem um conhecimento moderno contrastando com sua ocupação rarefeita. Nela vivem lado a lado o sistema do movimento rápido/moderno e o sistema do movimento lento. Suas cidades, especialmente Manaus, são luars de confluência e o traço de união com o mundo. Elas mantêm relações lentas, esgarçadas e tardias com o seu hinterland.

Conclusão

A nova regionalização e as desigualdades recriadas pelo uso perverso do território passam também a ser produzidas por meio de níveis de racionalidade presentes no território “*hoje, a inserção da racionalidade no campo da dominação* (MAFFESOLI, 1978:145 in SANTOS, SILVEIRA, 2 001) transforma o espaço num campo da ação instrumental, indo além das instâncias econômicas, políticas e culturais. É, portanto, o território usado ou o espaço geográfico a nova instância social, uma categoria de análise social imprescindível.

As modernizações para o Terceiro Mundo como sempre lembrava Milton Santos continuam incompletas e insistem na reprodução de desigualdades.

Discutir projetos sociais, desprezando o território, é aprofundá-las. A gestão do território não pode se distanciar dos desígnios da sociedade. Porisso a questão regional assume uma importância ainda maior do que teve no passado.

É à partir das prioridades políticas concebidas pela compreensão do uso do território, um verdadeiro *ovo de Colombo*, que implicará certamente na alteração da relação centro periferia que se dá, em nossos dias.

QUESTÕES:

1. O uso do território brasileiro, tal como vem sendo feito pela implantação das políticas públicas e pelas empresas não inviabiliza um projeto nacional brasileiro e não se constitui em uma ameaça a soberania nacional?
2. Como seu programa de governo lida com o território brasileiro?
3. Que propostas seu programa apresenta para minimizar as desigualdades regionais do Brasil?
4. Que tipo de regulação pode ser criado para minimizar o interesse hegemônico no uso do território brasileiro?
5. Seu programa continuará a se pautar nas sugestões do Banco Mundial, no que se refere às estratégias de uso do território, fundamentadas nos conceitos metafóricos de desenvolvimento sustentável, corredores endógenos e corredores de exportação (estes já usados durante o regime militar) ?

BIBLIOGRAFIA

- CASTILLO, Ricardo A *Monitoramento do Território*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH da USP. São Paulo. 1997.
- GIORDANO, Samuel.
- MAFFESOLI, Michel. , 1978:145.
- SOUZA, Maria Adélia. *GEOGRAFIAS DA DESIGUALDADE*. HUCITEC, São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton. *ESPAÇO, TEMPO, TÉCNICA*. HUCITEC, São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *TERRITORIO E SOCIEDADE*. Record, Rio de Janeiro, 2 001.
- SILVEIRA, Maria Laura. (1996, 1999B).
- VELTZ, 1993:51.
- BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain. *As Regiões Ganhadoras*.